

# Editorial

Este número da revista *Numen* está dedicado, na sua parte principal, ao dossiê intitulado “Religião, Secularismo e Laicidade”, que pretende refletir sobre os cruciais desenvolvimentos do lugar da religião diante dos Estados, Repúblicas e sociedades modernas com seus regramentos e costumes regidos por critérios ditos seculares. Ou seja, a religião, enquanto uma esfera em meio a outras; assim como suas tensões e negociações com os critérios que estabelecem o “bem comum”, provenientes da política, do sistema jurídico e da ciência.

Em final dos anos 1990 e início dos 2000, assistimos a reviravolta teórica e metodológica que retirou do lugar de conforto as tese da “secularização” (a partir da dita experiência ocidental – europeia e norte americana) como universalmente válida e destino necessário a todas as sociedades do planeta. As teorias de autores como José Casanova em “Public Religions in the modern world” (1994) e Talal Asad “Formations of the secular: christianity, islam, modernity” (2003) entre outros, permitiram uma abordagem mais ampla da questão, contemplando os diferentes padrões de diferenciação ou imbricação entre o religioso e o secular em várias modalidades e em vários contextos.

Portanto a crítica a noção englobante e teleológica de “secularização” não significou o abandono da questão, mas uma recolocação destes temas em perspectiva comparada e em escala globalizada enfocando a sua multiplicidade de arranjos. Enfim, trata-se mesmo de secularismos e laicidades (no plural) com distintas variações segundo contextos culturais, sociais e históricos.

É dentro desta perspectiva diversa e controversa que os artigos que compõem este dossiê abordam o tema das relações entre as religiões e o espaço público moderno. Alguns deles, observando as incompatibilidades entre os princípios e a realidade e outros procurando interpretar as configurações distintas resultantes das negociações, acomodações e criações entre as religiões e as esferas estatais e públicas. Trazemos então, contribuições a partir de diversas inserções da religião na esfera pública tanto no Brasil, como também no caso do México e da Argentina.

A contribuição de Roberto Blancarte, prestigioso pesquisador do tema da laicidade com vários trabalhos de referência, professor do Centro de Estudos

Sociológicos do Colegio de México, se intitula “La Republica Laica em México: entre laicidad pura y laicidad práctica”. O texto parte da comparação entre o conceito e prática da laicidade e suas não equivalências. Ou seja, as distâncias do que chama: "laicidade pura" e "laicidade prática". Tomando um caso, que se deu recentemente no México: o da definição (a partir da jurisprudência de sua Suprema Corte) de um projeto de matrimônio entre pessoas do mesmo sexo elaborado pela Presidência da República, o autor examina as conseqüências deste projeto na sociedade mexicana. Em que pese um histórico constitucional que assegura o caráter laico da República no México, em termos de autonomia do Estado por sobre influências religiosas. Apesar de toda esta normatividade constitucional e legal, o projeto do executivo foi derrotado no Congresso Nacional devido à intensa mobilização de forças tradicionais católicas organizadas na “Frente Nacional pela Família”. Interessante a posição expressa no texto, de que o triunfo da laicidade (normativa) não impediu sua apropriação por forças religiosas (católicas e também evangélicas), que invocando o mesmo princípio de laicidade, terminam por fazer valer suas concepções (no caso do casamento, como direito apenas a homens e mulheres). Segundo o autor, isto revela os "paradoxos da laicidade mexicana" que se assemelham muito com a situação brasileira.

O artigo de Juan Esquivel, pesquisador argentino do CONICET com larga experiência no tema da laicidade e atualmente presidindo a Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul, intitulado “Los intersticios de la laicidad en Argentina y los desafios de un ejercicio teórico-metodológico”, A partir da constatação de que a laicidade é um conceito polissêmico e sujeito a multiplicidades de acordo com contextos históricos, sociais e culturais, na perspectiva de comparação entre essas realidades, o texto recorre a um instrumento metodológico (construído a partir de pesquisadores da América Central e Latina) que busca permitir a identificação de modalidades de laicidade. Ele recorre a três dimensões: normatividade jurídica, políticas públicas e cultura política. A partir do uso do instrumento para o caso argentino, o autor chega a interessante conclusão que os níveis não tem correspondência igual e que há discrepâncias entre os níveis jurídico, suas políticas públicas com maior autonomia para direitos civis e a cultura vigente geralmente impregnada por valores religiosos. Formula a idéia de uma "laicidade subsidiária" onde impera a negociação entre autonomia e presença religiosa.

Para o caso do Brasil, o artigo “Elementos para uma cartografia da fé: usos religiosos do espaço urbano e interpelação da laicidade” da socióloga Júlia Miranda, professora titular da Universidade Federal do Ceará traz uma interessante discussão sobre o papel dos símbolos religiosos no cenário urbano na cidade de Fortaleza. Num momento de modernização e diversificação das tecnologias dos equipamentos urbanos, o artigo oferece uma outra, surpreendente faceta, qual seja a ocupação de ruas, praças e logradouros por símbolos religiosos. Embora, aponte numa discussão teórica e temática, as controvérsias advindas da ocupação religiosa desta cidade que é

a quinta em população no país, com o conseqüente debate em torno da extensão/limite da laicidade, Júlia Miranda escolhe como foco a abordagem do "olhar" religiosamente informado. Ou seja, o ponto de vista dos religiosos que interferem na paisagem urbana. No caso, uma iniciativa católica, a partir dos movimentos carismáticos. Esta feliz escolha da autora descortina então uma série de fatores que demonstram processos criativos de sociabilidade construídos a partir da ereção destes símbolos religiosos no meio urbano: os circuitos das "caminhadas" e seu comércio, midiaticização, lazer, etc. Com isto recriando-se estilos de sociabilidade, inclusive em segmentos nas pontas dos extratos sociais: idosos e jovens.

O texto do antropólogo Emerson Giumbelli da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - que tem ao longo dos últimos anos oferecido contribuições importantes sobre o tema da laicidade e secularismo no Brasil – junto com seu orientando de doutorado Jorge Scola, chamado “Marcos legislativos de regulação do religioso no Brasil: Estatuto da Igualdade racial, Acordo Brasil-Vaticano e Lei Geral das Religiões”, analisa estes três instrumentos normativos aprovados pelo Congresso Nacional, e as diferentes controvérsias em torno da regulação do religioso e dos seus “direitos”. A chave para a análise é a comparação entre concepções “generalistas” ou “particularistas” que cercam esses “direitos religiosos”.

O artigo do nosso colega, filósofo Wilmar Barbosa, que recentemente se aposentou, mas segue em colaboração com o Programa de Ciência da Religião da UFJF, junto com sua orientanda de doutorado Andréa Silveira, intitulado “Iniquidade ou elã neofundamentalista? Considerações sobre religião e política no Brasil” visa uma análise do discurso evangélico brasileiro, representado pelas posições do pastor Pachoal Piragine Júnior, liderança da Convenção Batista Brasileira, de cunho conservador e fundamentalista. O artigo propõe ainda, aproximações com o evangelicalismo fundamentalista norte americano, dentro da chave de análise “guerra de culturas” do sociólogo norte americano James Hunter.

O texto do professor e pesquisador em Ciências da Religião da Escola Superior de Teologia, Oneide Bobsin e do seu orientando de doutorado, Elivaldo Serrão Custódio, "Ensino religioso e relações étnico-raciais: reflexões sobre o currículo escolar e a implementação da Lei 10.639/2003 na educação pública estadual no Amapá" visa discutir o Ensino Religioso e as relações étnico-raciais no Amapá através da análise práticas curriculares e pedagógicas na educação pública estadual para detectar êxitos ou limitações deste expediente pedagógico enquanto instrumento de formação de concepções que valorizem a diversidade e práticas antirracistas

O texto de Clemildo Anacleto Silva, professor do Centro Universitário Metodista-IPA de Porto Alegre, "Símbolos religiosos em espaços públicos para pensar os conceitos de laicidade e secularização" retoma o tema da presença de símbolos religiosos em logradouros públicos: praças, calçadas, orlas na cidade de Porto Alegre, só que neste particular são símbolos de caráter pluri-religioso (do budismo,

candomblé, judaísmo e cristianismo]. O autor toma a chave da cultura, ou seja, a exibição da pluralidade religiosa, enquanto diversidade cultural refletida no espaço público, para justificar a aceitação ou alguns embaraços quanto à presença destes símbolos.

O artigo de Leno Francisco Danner, professor de Filosofia da Universidade Federal de Rondônia, intitulado “Gênero e sexualidade na época do pluralismo: um desafio às religiões institucionalizadas e universalistas.”, de um ponto de vista mais axiológico, defende uma readequação do discurso e concepções teológicas acerca do gênero e sexualidade das grandes instituições religiosas tradicionais, particularmente a Igreja Católica, no sentido de se compatibilizar com a dinâmica da modernidade baseada na secularização das instituições, na liberdade individual e no pluralismo dos estilos de vida.

Convidamos então ao leitor, para apreciar o dossiê organizado enquanto um mosaico de situações que compartilham dos princípios universalizantes da laicidade e secularismo, ora num viés que os confronta com as realidades concretas onde eles não são contemplados; ora reconhecendo o processo que os torna amoldados e recriados pelas situações concretas onde, de fato, eles se dão.

Este número inclui, ainda, dois outros artigos. Um deles, intitulado “Breves Considerações sobre o ‘Pequeno Inventário das Desordens’: Uma Homenagem ao Prof. Wilmar Barbosa”, é de autoria do Prof. Dilip Loundo e foi lido durante a sessão de homenagem ao Prof. Wilmar Barbosa, colega do Departamento de Ciência da Religião da UFJF, por ocasião de sua aposentadoria. O outro é uma resenha do livro *Uma Introdução ao Hinduísmo* de Gavin Flood, Professor do Oxford Centre for Hindu Studies da Universidade de Oxford, Reino Unido, feita por Matheus Landau de Carvalho, Mestre em Ciência da Religião pelo PPCIR/UFJF.

Boa leitura.

Prof. Dr. Dilip Loundo, UFJF (Editor da Revista)  
Prof. Dr. Marcelo Camurça, UFJF (Editor do Número)